

# **Política Externa Brasileira e Integração Sul-Americana**

Título do Painel

Desarrolllo local-territorial transfronterizo, globalización e integración regional

Israel Roberto Barnabé

## **Resumo**

A América do Sul, no que concerne aos processos de integração, tem transitado, desde o final do século XX, principalmente entre os avanços e os limites do Mercosul. A recente proposta da Unasul mostra o contínuo esforço dos países em aprofundar a integração, mas explicita também o quão difícil é a efetiva consolidação de processos integracionistas que, em alguma medida, exige dos Estados relativização de interesses individuais. O presente trabalho analisa a postura do Brasil no que concerne aos principais movimentos integracionistas na América do Sul. Entre posturas que tentam mostrar a região como prioridade da política externa brasileira e as que apontam para um ostracismo cada vez maior do país, busca-se analisar o papel, a importância e dos desafios do Brasil em seu entorno regional.

**Palavras-Chave:** Política Externa Brasileira, Integração, América do Sul

## **A América do Sul na contemporaneidade; uma breve análise**

A América do Sul passa, atualmente, por um momento de reavaliação das políticas neoliberais implementadas nas últimas décadas e de buscas por alternativas, por respostas aos diversos problemas enfrentados pelos países da região.

De um modo geral, os dilemas compartilhados pelos países têm sido discutidos em dois fóruns principais: a) o Fórum Mundial Social, de caráter mais amplo, que, desde 2001 tem se configurado como um laboratório mundial de alternativas prévias para as Rodadas de Doha; b) o Fórum de São Paulo, composto por partidos, lideranças e movimentos de esquerda da América Latina e que tem, desde 1999, questionado o modelo neoliberal e proposto caminhos. Com relação ao Fórum de São Paulo, é interessante observar que muitos sindicalistas e militantes partidários que o compuseram na sua criação, hoje ocupam a presidência de diversos países latino-americanos.

Este movimento histórico recente que caracteriza a América do Sul - a crise da década de 80, as políticas neoliberais implementadas a partir da década de 90 e a subida ao poder de lideranças esquerdistas que contestam a ordem liberal - pode levar a uma equivocada impressão de que a região caracteriza-se pela homogeneidade de processos e interesses.

Entretanto, uma análise mais cuidadosa desnuda uma região dividida por princípios e posicionamentos divergentes, às vezes, antagônicos. Esta heterogeneidade de posicionamentos políticos configura-se como o primeiro desafio para processos de aprofundamento institucional de integração na região. Para apresentar esta realidade diversa, o presente artigo reporta-se ao trabalho de Alberto Rocha Valencia (2010).

Segundo o autor, a América Latina (não apenas a do Sul) é dirigida atualmente por uma “esquerda moderada” não homogênea. Esquerda porque se posiciona criticamente ao “caminho único” preconizado pelo Consenso de Washington e moderada porque atua dentro do sistema, de suas instituições e com suas regras de jogo. Ainda utilizando o trabalho de Rocha Valencia e focando especificamente a América do Sul, podemos destacar e analisar a região em três grupos distintos.

O primeiro grupo, chamado aqui de “Transformadores” é representado por Venezuela, Bolívia e Equador. Caracteriza-se por duras críticas ao neoliberalismo e propõe ênfase econômica-social do tipo

neo-estruturalista radical, a formulação de uma doutrina neo-socialista, o chamado “socialismo do século XXI”. A partir desta concepção, são, na prática, países totalmente voltados para o latino-americanismo, buscando unidade, autonomia e integração da região. Neste sentido, defendem a institucionalização da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) – uma proposta latino-americana de integração.

O segundo grupo, nomeado de “Reformadores”, partilha das críticas feitas pelos transformadores ao panamericanismo, entretanto, assume uma posição anti-neoliberal menos radical. Compõem este grupo: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A prática política desses países na atualidade mantém algumas premissas do Consenso de Washington (abertura comercial, controle inflacionário, estabilização da moeda, controle do déficit público, etc.) mas repensa o modelo e volta-se para a elaboração de projetos de inclusão social, dando nova importância ao papel do Estado e ao interesse nacional. Neste sentido, diferente de um certo radicalismo presente nas propostas do grupo transformador, os reformadores representam mudanças parciais, um “caminho do meio” que possa, simultaneamente, considerar e manter alguns aspectos do modelo neoliberal e complementá-lo com um projeto de desenvolvimento social.

Por fim, no terceiro grupo estão os “Modernizadores” que, na América do Sul, são representados pelo Chile. Este país não se enquadra nos dois outros grupos, tendo em vista a adoção de propostas pró-Consenso de Washington. Embora o Chile critique o caráter dogmático do neoliberalismo, aposta em suas premissas, em um “neoliberalismo suave”. Neste sentido, o país tem mantido sua opção por acordos bilaterais e trilaterais, principalmente com os Estados Unidos, relegando a integração para um segundo plano. É importante observar que a ampliação dos acordos bilaterais da região, especialmente com os Estados Unidos após o enterro da Alca, tem se configurado com um dos principais obstáculos para os avanços integracionistas.

Pensando no âmbito da Unasul, restam Colômbia e Peru, Guiana e Suriname. A primeira dupla com posições bastante alinhadas com os Estados Unidos, a segunda (países-membros do Caricom – a Comunidade do Caribe) tendo, na Unasul, a primeira oportunidade de um maior envolvimento com a América do Sul.

Evidentemente, esta divisão em três grupos é feita de maneira geral e com o intuito de mostrar aproximações e diferenças nas visões de mundo dos países sul-americanos. Por si só, esta heterogeneidade, ou seja, as diferentes posturas assumidas pelos governos da América do Sul com relação ao neoliberalismo, sua continuidade ou a busca de sua superação, mostra a dificuldade em articular interesses e valores comuns, indispensáveis para o avanço da integração política.

Além disso, cabe aqui outra consideração. Esta subida ao poder, na América do Sul, de várias lideranças que caracterizamos neste artigo como “esquerda moderada” já dura cerca de dez anos. Ela será mantida nas próximas eleições presidenciais? Até quando? Uma retomada do poder pelos partidos que podemos chamar de “direita moderada” mudaria os destinos dos países rumo à integração? Em que medida?

Este tipo de análise dos processos de integração regional demonstra a importância em considerar, nas pesquisas, as características domésticas do processo negociador, ou seja, as particularidades internas de cada país e suas expectativas ou ressalvas em torno do regionalismo. Uma análise mais apurada destas realidades internas e de seus conflitos particulares pode auxiliar, de maneira importante, as impressões prospectivas dos trabalhos acadêmicos. O tortuoso caminho para a ratificação do Tratado Constitutivo da Unasul é um claro exemplo de que, além da preocupação sobre sua adequação à Constituição de cada país, a postura oficial da nação em torno da integração passa por uma negociação interna que, naturalmente, irá criar expectativas diferenciadas.

Nota-se, com esta breve apresentação, que os desafios para a integração na América do Sul (com profundidade propalada nos discursos dos Chefes de Estado em torno na Unasul) são diversos e exigem ações efetivas, vontade política dos estados-membros. Entretanto, a já histórica insistência da região em

torno da experiência integracionista mostra que, apesar das eventuais rivalidades e de diferentes expectativas, o desenho regional apresenta-se como um caminho especial a ser seguido pelas nações.

### **A Política Externa Brasileira e Integração Sul-Americana**

O Brasil, por suas especificidades, tem sido citado, algumas vezes e por alguns pesquisadores, como o país que deveria pegar as rédeas da integração sul-americana nas mãos e ser o protagonista da integração regional na América do Sul. Evidentemente, o país exerce um papel muito importante sobre os caminhos trilhados pela região e sua postura com relação à opção integracionista tem um peso importante. Mas a defesa de que o Brasil deveria liderar todo o processo merece alguns questionamentos.

Em primeiro lugar, é preciso analisar qual é o espaço que a América do Sul tem ocupado na política externa brasileira. Com relação a esta questão, não há consenso entre os pesquisadores. Alguns defendem a ideia de que a região sempre foi, e continua sendo, um dos temas centrais da política externa do país. De acordo com esta corrente, a importância dada pelo Brasil à região pode ser percebida em toda a trajetória internacional do país, marcada pela busca da aproximação com os países vizinhos, pelos esforços para a construção de uma região pacífica, pela defesa dos interesses regionais em fóruns internacionais, etc.

Por outro lado, alguns pesquisadores buscam demonstrar exatamente o contrário. Neste caso, a principal percepção é de que, por ser um *global player*, o Brasil tem desviado suas atenções da região e focado suas atuações diplomáticas em outras tarefas e preocupações, a saber: as relações com outras regiões e outras potências, a liderança em missões da ONU (por exemplo, a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti), a intenção de ter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, as tentativas de se colocar com mediador de conflitos em outras regiões, etc. Para esse grupo de pensadores, a América do Sul não é prioridade para o Brasil.

Mas será que um país como o Brasil deva ter uma prioridade para a política externa? Do nosso ponto de vista, entendemos que, se por um lado, o Brasil tem demonstrado constante interesse nos assuntos sul-americanos e tomado atitudes concretas para os avanços integracionistas, por outro, as características ímpares desse país o obrigam a elencar também outras prioridades, para além da integração regional, atuando em diversas frentes pelo mundo. Ou seja, a América do Sul e os processos de integração regional fazem parte da agenda diplomática do Brasil, mas a amplitude desta agenda impossibilita que, sozinho, o país coordene e lidere esses processos.

Além de analisar qual importância tem a integração na política externa brasileira, é preciso verificar se o Brasil está disposto a arcar com o ônus econômico e diplomático para ser a locomotiva da integração sul-americana. Evidentemente, colocar-se como líder/pilar de um processo de integração regional implica em reverter, para esta tarefa, considerável investimento econômico e político. No caso da União Europeia, alguns países mais fortes, principalmente Alemanha e, num segundo plano, a França têm cumprido este papel, principalmente ao cederem empréstimos para que futuros países-membros possam implementar as políticas-econômicas exigidas. O Brasil tem direcionado parte de seu corpo diplomático para as questões integracionistas, principalmente vinculadas ao Mercosul e a Unasul. Do ponto de vista econômico, a responsabilidade por 70% do aporte feito ao Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM) é bastante significativo. Entretanto, esses esforços econômicos e diplomáticos não são suficientes para o avanço da integração no nível sulamericano; e isso implica em mais uma razão de impedimento para que o Brasil se coloque como o único motor da integração.

Outra questão importante é a visão que os outros países da região percebem uma suposta liderança brasileira. A ampliação e o aprofundamento dos processos de integração exigem o estabelecimento de um sujeito que possa, de fato, representar os interesses regionais e possibilitar os consensos necessários

para os avanços integracionistas. Mesmo não assumindo isoladamente a responsabilidade pela integração, o Brasil acaba tendo um peso diferenciado, colocando-se, às vezes, como porta voz da região perante outros países e organismos internacionais. Esta atitude - uma “liderança natural” do Brasil - pode ser entendida como necessária para a integração. Ou seja, como não há no Mercosul ou na Unasul organismos supranacionais que conduzam a integração, certamente o Brasil se coloca como parte importante do motor integracionista. Mas, por outro lado, o destaque do Brasil sempre reacende desconfianças, animosidades antigas, e pode gerar reações negativas dos países vizinhos, emperrando a integração. O desafio apresentado ao Brasil aqui é buscar uma alternativa de atuação regional que explicitamente que a região faz parte das prioridades de sua política externa, mas que também deixe claro aos outros países que não atuará de forma impositiva.

De acordo com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães “(...) a solidariedade nos esforços de desenvolvimento e de integração é uma ideia central na estratégia brasileira na América do Sul, assim como a ideia de que este processo é um processo entre parceiros iguais e soberanos, sem hegemonias, nem lideranças.” (Guimarães, 2009)

Apesar desta posição oficial do governo brasileiro e de, institucionalmente, tanto o Mercosul quanto a Unasul estarem organizados no formato intergovernamental (cada país um voto e com direito de veto), de fato, mesmo em arranjos regionais desta natureza, os interesses dos países mais fortes tendem a prevalecer, às vezes, inclusive, em detrimento dos mais fracos. É fato que a liderança regional gera prestígio internacional e faz com que o “país-líder” busque, a partir deste “trampolim político regional”, outros voos, outras metas. Na região sul-americana o Brasil é o único país que realmente busca projeção global. Exemplos desta empreitada diplomática podem ser notados na meta do país em se tornar uma potência regional, um mediador de conflitos internacionais e pleitear uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Evidentemente, estes interesses particulares do Brasil chocam-se, em alguma medida, com os discursos pró-integração e atizam reações diversas. A Argentina tem sido, historicamente, o país que mais se incomoda com as ambições brasileiras e, tendo em vista a importância das relações entre esses dois países para a integração sul-americana, o conflito de interesses entre Brasil e Argentina prejudica, sobremaneira, as negociações integracionistas.

É importante destacar a recente opção pela América do Sul e não pela América Latina, região contemplada pela extinta ALALC e pela ALADI. Os conceitos são, por si só, questionáveis. América Latina é, inclusive, um conceito criado “de fora”. Entretanto, consensualmente, identificam e abrangem regiões diferentes. Quando Kissinger pensava a divisão e a segurança hemisférica, por exemplo, propunha uma América Latina (que seria de fato a América do Sul) sob a batuta do Brasil e uma América do Norte (que abrangeria também a América Central) sob a batuta dos Estados Unidos – dois pilares do continente, trabalhando em “harmonia de interesses”. Entretanto, ao considerar-se a postura histórica do Brasil sobre a questão, é interessante observar o que disse o Embaixador do Brasil em Washington entre 1971 e 1975:

Conforme ressaltou João Augusto de Araújo Castro (...), o Brasil jamais considerou suas relações com os Estados Unidos como um capítulo das relações entre estes e a América Latina e desejava cooperar com todos os países do continente, mas não queria ser confundido com qualquer um deles nem sequer admitia ser confundido com sua totalidade. Isso significava que o Brasil não somente não almejava ser confundido com a América Latina, em geral, mas também não aceitava tal conceito. O Brasil, simplesmente, não queria ser diluído em um conjunto de países, dos quais se diferenciava pela sua dimensão territorial, demográfica e econômica. Havia, concretamente, uma hierarquia de poderes, em que o Brasil se sobressaía, dado que, ao separar-se de Portugal, não se

desintegrara, como aconteceu com a América espanhola, e manteve, sem ruptura da ordem política, a vasta extensão do seu território. (Moniz Bandeira, 2006: 274-275)

Se, por um lado, a América Latina nunca esteve nos planos estratégicos da política externa brasileira, por outro, a noção de América do Sul, construída progressivamente e de maneira mais acentuada a partir dos anos 1980, passou a ganhar respaldo no país. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva a integração sul-americana ganhou peso na política estratégica do Brasil, peso sentido nos discursos pró-integração do primeiro e na prioridade dada ao aprofundamento dos laços com os países sul-americanos, na maior robustez dada ao Mercosul e na constituição da Unasul, no segundo.

Nota-se que os desafios para a integração na América do Sul são diversos e exigem ações efetivas, vontade política dos estados-membros. Entretanto, a já histórica insistência da região em torno da experiência integracionista mostra que, apesar das eventuais rivalidades e de diferentes expectativas, o formato regional apresenta-se como um caminho especial a ser seguido pelas nações.

Conforme apresentado no Observatório da Comunidade Andina (acesso em 16/06/2011), os temas prioritários da Unasul são: o diálogo político, a integração física, o meio ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, as assimetrias, a promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social, e as telecomunicações. A partir dessas metas e analisando os desafios a serem enfrentados e as possibilidades de consolidação da Unasul, pode-se questionar: que concerto de interesses poderia ser costurado para o avanço da Unasul? Dito de outra forma, quais são os interesses comuns que envolvem os doze países-membros – imprescindíveis para o sucesso da união sul-americana?

De um modo geral, e seguindo o raciocínio de Haas (1958), pode-se afirmar que a integração política resulta da percepção e do concerto, por parte dos atores envolvidos no processo, de um conjunto de interesses e valores comuns. No caso dos movimentos que edificaram a integração europeia – objeto de Haas – é possível identificar tal conjunto comum, a saber: a) a urgência na reconstrução dos países assolados com a destruição da II Guerra; b) o interesse pela segurança da região e o esforço para evitar novas guerras no continente e, ao mesmo tempo, combater a ameaça comunista que se instaurava com a configuração da Guerra Fria, c) a preocupação com a crescente influência política dos Estados Unidos na região, presente, implicitamente, no Plano Marshall, d) o interesse em recolocar a Europa no papel de ator relevante nas relações internacionais.

É evidente, portanto, que o sucesso dos processos de integração depende, especialmente no que se refere ao aprofundamento institucional, à construção de um concerto de interesses, valores e expectativas comuns que se sobreponha às divergências existentes entre as unidades políticas. Atualmente, que concerto de interesses poderia ser costurado para o avanço da Unasul? Dito de outra forma, quais são os interesses comuns que envolvem os doze países-membros – imprescindíveis para o sucesso da união sul-americana? Podemos citar alguns.

Uma primeira abordagem que pode ser feita, gira em torno dos interesses dos países sul-americanos em resolver algumas questões que envolvem, estritamente, esses países em um âmbito regional, sem interferências externas. Na prática, significaria retirar essas questões do âmbito da OEA e debatê-las e resolvê-las no âmbito da Unasul. A abrangência da OEA (da qual também fazem parte o México, outros países da América Central e os Estados Unidos) muitas vezes faz com que a Organização tome medidas que pouco se aproximam dos interesses sul-americanos.

O recente atrito envolvendo Colômbia e Venezuela em torno das FARC é sintomático. A suposta apresentação de provas feitas por Bogotá à OEA, mostrando que a Venezuela estaria acolhendo guerrilheiros das FARC em seu território e o conseqüente rompimento diplomático feito por Chaves movimentaram a Unasul. O Brasil posicionou-se como mediador, lamentou o fato e exortou a

importância do diálogo na América do Sul. Propôs, ainda, a retirada do processo da OEA e sua inclusão no âmbito da Unasul. O episódio evidencia o choque de projetos entre os dois países (de um lado o maior aliado dos Estados Unidos na região, de outro, seu maior combatente). Mas dá relevo à Unasul e à importância da integração política, visto que, questões como esta exigem consenso de encaminhamentos, dada a estrutura intergovernamental que estrutura a Unasul.

Na época, o então Chanceler brasileiro, Ministro Celso Amorim, afirmou que, em alguns casos, o Mercosul e a Unasul podem ser mais efetivos do que a OEA. Sem descartar a importância da Organização hemisférica, Amorim afirmou, citando o caso acima referido, que a recém criada Unasul teria sido mais eficaz. (acesso em 15/09/2010).

Vinculado a este primeiro interesse que pode aproximar os países sul-americanos, nota-se a necessidade de uma maior autonomia/independência da região com relação aos Estados Unidos. Desde o engavetamento da proposta da Alca em 2005, os Estados Unidos têm optado pela estratégia de ampliar os Tratados Bilaterais de Livre Comércio com os países latino-americanos. Um dos resultados deste movimento é o enfraquecimento dos esforços e dos interesses dos países com relação à integração regional. Pode-se afirmar que, embora não sejam fenômenos antagônicos, o aumento de acordos bilaterais entre países de uma região pode, em alguma medida, representar obstáculos aos processos integracionistas. Neste sentido, a integração efetiva da Unasul pode resultar em uma maior autonomia da região, principalmente com relação aos Estados Unidos, e esta possibilidade pode exemplificar mais um interesse comum que contribui para a união dos países em torno da opção regional.

Outra questão que envolve a região sul-americana é a necessidade contínua de fortalecimento dos países para uma inserção mais segura e com maior poder de competitividade ao cenário mundial. Esta tarefa já tem sido cumprida, de certa forma, pelo Mercosul que, como dito anteriormente, caracteriza-se por um regionalismo aberto e pode ser desempenhada, em relevo ampliado, pela Unasul.

Conforme expresso no Artigo 2 do Tratado Constitutivo da Unasul, seu objetivo principal é

(...) construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. (acesso em 07/07/2009)

Ao fortalecer a atuação dos Estados Nacionais, o regionalismo pode constituir-se enquanto uma opção regional alternativa e não simplesmente resultado de uma imposição da globalização com o objetivo de atender os ditames dos países centrais, como defendem alguns pesquisadores.

De relações que anteriormente se davam apenas entre unidades políticas individuais, temos hoje uma gama de acordos que envolvem negociações isoladas entre países, relações intra-blocos, relações entre países individuais e blocos econômicos e relações entre blocos. Sem dúvida nenhuma, a formação dos blocos regionais, o chamado regionalismo, é atualmente uma das principais características do cenário internacional.

## **Considerações Finais**

A história da América do Sul é transpassada por discursos e movimentos em torno da aproximação dos povos e do concerto de interesses políticos. Entretanto, a mesma história tem mostrado como a acomodação de interesses entre os países torna-se uma difícil tarefa quando organizações como o

Mercosul ou a Unasul surgem e exigem concretamente tais posturas. Evidentemente não podemos desconsiderar os avanços que os processos de integração tiveram, principalmente a partir do final do século passado na região sul-americana. Entretanto, os entraves para um aprofundamento mais consistente mostram o difícil caminho da integração política.

As crises econômicas recentes, geradas pela maior interdependência que caracteriza o cenário internacional, atingem toda a economia mundial e mostram que seus efeitos negativos escapam ao controle dos governos nacionais. Por este motivo, as crises do capitalismo global exigem novas estratégias dos países em desenvolvimento. O Mercosul e a Unasul, frutos da integração e da cooperação entre os países-membros, podem ajudar esses países a enfrentar os novos desafios rumo à inserção internacional e ao desenvolvimento. Dentre as possibilidades dos organismos regionais, destacamos sua potencial capacidade de limitar a diminuição da autonomia do Estado (um dos principais efeitos negativos do mundo global neoliberal) dando a este um novo papel no cenário regional/global e recuperando sua capacidade de regulação interna. Portanto, com políticas de cooperação e integração através do Mercosul e da Unasul é possível que os países-membros tenham maior poder de negociação internacional.

No caso específico da América do Sul, o posicionamento da política externa brasileira acerca da integração tem um peso considerável. Entender os movimentos do país nesta dimensão regional é bastante relevante para que análises prospectivas possam ser feitas com mais segurança. Longe de ser a prioridade única do Brasil, mas, por outro lado, estando dentre as áreas centrais de sua ação diplomática, a região estabelece-se, cada vez mais, como um dos pilares da política externa brasileira.

Um regionalismo de fato poderá dar melhores condições de diálogo e possibilitar a inserção dos países-membros ao contexto mundial de maneira menos desigual. Entretanto, tal avanço só será possível se os países-membros implementarem na prática os discursos pró-integração e isso, muitas vezes, pode exigir uma revisão de interesses particulares para um bem maior: o regional.

### **Bibliografia**

AMORIM, C. <http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midia-internacional/venezuela/telesur/2010/09/11>. Acesso em 15/09/2010.

BARBOSA, R. A. *América Latina em Perspectiva: a integração regional da retórica à realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

BARNABÉ, I. R. Mercosul: Estado-Nação e Política Regional. *Revista de Administração & Sociedade*. Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Opec. Ano 1, v.1, 2000.

BAUMANN, R. A geopolítica da Integração na América Latina – uma perspectiva sul-americana. LIMA, M. C. (org.) *O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Cortez, 2001.

BERNAL-MEZA, R. America del Sur en el Sistema Mundial Hacia el Siglo XXI. LIMA, M. C. (org.) *O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Cortez, 2001.

GUIMARÃES, S. P. O Desafio da Integração: o mundo multipolar e a integração sul-americana. <http://www.funceb.org.ar/pensamiento/mundomultipolar.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2009.

HASS, E. *The uniting of Europe*. London: Stevens and Sons, 1958.

MONIZ BANDEIRA, L. A. O Brasil e América do Sul. ALTEMANI, H., LESSA, A. C. (Orgs.) *Relações Internacionais do Brasil – temas e agendas*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

OBSERVATÓRIO Unasul: <http://www.comunidadandina.org/unasur/observatorio.htm> Acesso em 16 de junho de 2011.

ROCHA VALÊNCIA, A. “La integración regional como vía para alcanzar la autonomía de América

Latina”. Revista Electrónica del Departamento de Estudios Ibéricos y Latinoamericanos de la Universidad de Guadalajara. [http://www.contextualizacioneslatinoamericanas.com/pdf/n\\_2\\_contextualizaciones.pdf](http://www.contextualizacioneslatinoamericanas.com/pdf/n_2_contextualizaciones.pdf) Acesso em 27/09/2010.

TRATADO Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. <http://www.amersur.org.ar/Integ/UNASUR0805.htm>. Acesso: 07 de julho de 2009.